



DOMINGUES DE AZEVEDO

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas



Simplificação ou desorganização?

A pequena e média empresa sempre foi, e é cada vez mais, preponderante na estrutura organizacional do tecido empresarial português, europeu e mundial.

Desvalorizado o seu impacto durante muito tempo na economia dos países, pela sua pequena dimensão, só recentemente a sociedade e os governos têm vindo a despertar para a importância que as PME desempenham na estabilidade social, e as virtudes da sua estrutura funcional, que lhe confere uma maior flexibilidade, factor fundamental para os reajustamentos necessários na estrutura de custos, particularmente em períodos de crise.

A sua organização, a exemplo do reconhecimento da respectiva importância, também não tem sido pacífica, constituindo-se um campo fértil onde se podem desenvolver teses e doutrinas da mais diversa índole, nomeadamente com muita demagogia à mistura, surgindo aparentemente em defesa daquelas empresas.

Mas será mesmo assim? A história, neste domínio, pode consti-

tuir excelente campo de ensinamentos que, enquadrados no seu tempo, não deixam de ter muitas semelhanças com o actual.

Saliente-se que o fenómeno não é apenas português, mas sim mundial e que, cá como noutras paragens, os factores enunciados não sofrem grande alteração.

Portugal acordou tarde para a renovação industrial que o mundo, com especial relevo para as economias europeias, experimentou após a Segunda Guerra Mundial. Este facto conduziu à criação de empregos nas indústrias e comércio e ao desenvolvimento das empresas, com a consequente necessidade de organização. Tal ditou a necessidade de relacionamento das empresas com o universo envolvente, sustentada em verdade e credibilidade, tornando-as fiáveis junto das instituições de crédito, investidores, clientes, fornecedores, administrações tributárias e sociedade em geral. Numa palavra, todos os stakeholders. Não descurando a importância dos factores externos à empresa, bem cedo aquelas eco-

nomias compreenderam que uma boa organização se tornava imprescindível para obter a sustentabilidade económica.

Embora com todos os seus defeitos, e ainda sem resposta para algumas perguntas, a Contabilidade ainda é o melhor e talvez o único meio de registar a variação de riqueza das empresas. Daí o crédito que deve merecer, uma vez que é imprescindível não só na sua organização, mas também na sustentabilidade do seu crescimento e credibilidade da economia nacional.

A este acentuado movimento europeu, Portugal respondia com uma desorganização total, onde

“Organize as coisas de forma que correspondam à verdade, pois não queremos ter problemas com as autoridades portuguesas”.

não existia um mínimo de preocupação, não só quanto à lógica organizativa das empresas, mas também e até, no descabro das contas públicas.

Nasce em Portugal um tipo de cultura complexo, com um conceito diminuído da organização empresarial. Em vez dos valores atrás expostos assistimos a uma forma de conduzir as empresas não sustentada numa organização contabilística de apoio à tomada de decisões, mas sim numa gestão aventureira onde predomina o método de “bolso”, sem que haja um mínimo de segurança no crescimento empresarial, nem mesmo no perspectivado do futuro, salvo raras e felizes excepções.

Ainda hoje, quando ouvimos as preocupações dos empresários europeus e portugueses, padecemos desse síndrome de ineficiência organizacional. Para os empresários europeus, o importante é uma contabilidade bem organizada, transparente e com ligação à realidade, dizendo muitas vezes ao seu TOC algo parecido com isto: “Organize as coisas de forma

que correspondam à verdade, pois não queremos ter problemas com as autoridades portuguesas”. E dos empresários portugueses o que é que ouvimos? “Contabilidade? Não sei nada disso, você é que é responsável e não quero pagar impostos”.

Estes dois estados de espírito são bem reveladores das diferenças de cultura empresarial portuguesa e a implantada maioritariamente noutros países da Europa.

A primeira, e talvez a mais importante, é um conceito de incumprimento em manifesto e total desrespeito pelos actos de cidadania, conduzindo a um chique espertismo que já não deveria ter lugar numa sociedade que se diz democrática e responsável.

A segunda conduz ao desenvolvimento de ideias e preconceitos egoístas da actividade empresarial, visível em actos e gestos de desrespeito para com as pessoas que nela prestam actividade, desenvolvendo-se uma ansia incontida de enriquecer da noite para o dia. ■ (Continua na edição 8 de Setembro)